



Ameaçados por clientes do BES

Quem protege os trabalhadores do Novo Banco?



Artigo do diretor do European Trade Union Institute
Sindicatos mais confiáveis que partidos

16



10

Conselheiros aprovam Relatório e Contas

Ficha Técnica

Propriedade:
Federação do Setor Financeiro
NIF 508618029

Correio eletrónico:
revista.febase@gmail.com

Diretor:
Delmiro Carreira – SBSI

Diretores Adjuntos:
Aníbal Ribeiro – SBC
Carlos Marques – STAS
Horácio Oliveira – SBSI
Teixeira Guimarães – SBN
Tomáz Braz – SISEP

Conselho Editorial:
Firmino Marques – SBN
Jorge Cordeiro – SISEP
Patrícia Caixinha – STAS
Rui Santos Alves – SBSI
Sequeira Mendes – SBC

Editor:
Elsa Andrade

Redação e Produção:
Rua de S. José, 131
1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 090/062
Fax: 213 216 180

Revisão:
António Costa

Grafismo:
Ricardo Nogueira

Execução Gráfica:
Xis e Érre, Lda.
xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.
2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 62.450 exemplares
(sendo 5.450 enviados por
correio eletrónico)
Periodicidade: Mensal
Depósito legal: 307762/10
Registado na ERC: 125 852

A publicidade publicada e/ou
inserida na Revista Febase é da total
responsabilidade dos anunciantes

sumário

SINDICAL | Atualidade

Novo Banco: Febase exige medidas contra ameaças 4
Trabalhadores da Parvalorem
devem integrar Banco de Fomento 5
Sindicatos denunciam perseguição
de trabalhadores pelo BCP 6

CONTRATAÇÃO | Banca

Reinício da revisão do ACT sem novidades 8

CONTRATAÇÃO | Seguros

Negociação do CCT começa em setembro 9

Dossiê | 2014 em Revista

Conselho Geral aprova Relatório e Contas 10
Mais um ano de reestruturações 12
Contas no verde 14

QUESTÕES | Jurídicas

O Processo Disciplinar 15

Visto de fora | Philippe Pochet

Estarão os Sindicatos em crise? 16

TEMPOS LIVRES | Nacional

Caminhadas Febase 18



Foto da capa: Estela Silva / LUSA

20

**STAS Actividade
Seguradora**



22

**SISEP Profissionais
de Seguros**



23

**Bancários
Norte**



26

**Bancários
Centro**



28

**Bancários
Sul e Ilhas**





TEXTO: ANÍBAL RIBEIRO

Depois de quatro anos sem atualizações salariais, com grande sacrifício dos trabalhadores no ativo e reformados, é tempo de dar corpo a um acordo de negociação dinâmico, que preveja e dê garantias de estabilidade no emprego e distribua riqueza por aqueles que a produzem

É tempo de os bancários **erguerem a voz**

Em quatro anos, a banca em Portugal reduziu o número de trabalhadores em 13%, o que corresponde a menos 7.400 bancários. É um número impressionante, pela sua dimensão e significado na destruição de emprego num setor de enorme importância social e económica.

Infelizmente a maioria das pessoas não nos dá ouvidos, mas seria bom que refletisse sobre o papel da banca no âmbito geográfico, na economia, na sociedade, e questionasse a atuação dos governos e dos partidos na vida de todos nós.

A nossa preocupação não é corporativa. Porque além do problema sério do emprego na banca, também o tecido social das comunidades está a ser afetado. A proximidade às populações que durante anos foi um desígnio da banca está a ser posta em causa pela atual política de reestruturações. Há já pequenas localidades que ficaram sem serviços bancários, após o encerramento de balcões, um após outro. E isto significa um retrocesso.

Em Portugal, 41 anos após a Revolução de Abril, é tempo de os bancários erguerem a voz em defesa dos seus direitos, em defesa das respetivas comunidades e contra um poder centralista que nada tem contribuído para o desenvolvimento económico.

É tempo de dar vida à vida e pugnar por uma economia de crescimento – e isso só se faz com trabalhadores.

Nunca deixámos de acreditar que é possível fazer mais e melhor pelos trabalhadores, o verdadeiro grande ativo das empresas.

As reformas legislativas, as reestruturações com forte implicação no setor financeiro, têm vindo, ao longo destes últimos quatro anos, a fragilizar o fator trabalho e a tentar enfraquecer o movimento sindical e os trabalhadores.

Depois de quatro anos sem atualizações salariais, com grande sacrifício dos trabalhadores no ativo e reformados, é tempo de dar corpo a um acordo de negociação dinâmico, que preveja e dê garantias de estabilidade no emprego e distribua riqueza por aqueles que a produzem.

As políticas recessivas que nos foram impostas mais não fizeram do que agravar as desigualdades, num País que está entre os mais desiguais da OCDE. Essas políticas conduziram a uma brutal emigração da população jovem, ao desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde, a um retrocesso na garantia de educação para todos e a um aumento do número de pobres e da desigualdade social.

É tempo de travar o retrocesso dos últimos anos. É tempo de recuperar a dignidade dos trabalhadores e a centralidade do trabalho. É para isso que cá estamos. ■

Novo Banco

Febase exige medidas contra ameaças

Os trabalhadores do Novo Banco têm sido vítimas do nervosismo dos clientes do papel comercial do ex-BES, com ameaças à sua integridade física e psicológica – sendo a mais recente a sua identificação perante agentes da autoridade. A Febase exigiu medidas de segurança à administração, que garante estar a acompanhar a situação

Textos: **INÉS F. NETO**



De forma isolada ou através das ações mediáticas da denominada Associação dos Indignados e Enganados do Papel Comercial, os clientes do ex-BES têm deslocado para os trabalhadores do Novo Banco o desespero pelo que aconteceu às suas poupanças.

As ameaças físicas e psicológicas aos bancários estão a provocar situações pessoais dramáticas, com trabalhadores a terem de ser transferidos de balcões, muitas vezes para outros a enorme distância das suas residências.

Os trabalhadores são vítimas de coação moral e física e há mesmo casos de jovens mães vítimas de ameaças à família.

A mais recente ação da Associação é a visita aos balcões do Novo Banco para identificar os envolvidos "direta ou indiretamente" no processo, no âmbito de uma queixa-crime que pretende apresentar (ver caixa).

Perante este clima intimidatório, os trabalhadores fizeram chegar várias queixas aos Sindicatos dos Bancários da Febase, nas quais denunciam que ao desempenharem as suas funções laborais aos balcões da instituição têm sido vítimas de comportamentos agressivos por parte de clientes de papel comercial do ex-BES.

Face à gravidade da situação, o secretário-geral da Febase enviou uma

carta ao administrador do Novo Banco requerendo que sejam tomadas medidas para defesa da integridade física dos trabalhadores da instituição.

Embora não se pronunciando sobre a relação dos clientes com o banco, a Federação considera ter o dever de exigir que a entidade empregadora garanta a segurança dos seus trabalhadores.

Situações dramáticas

Na missiva, a Febase admite que a administração poderá não ter uma perceção abrangente da situação por apenas serem publicitadas as ações coletivas e por isso chama a atenção para a dramática situação de alguns trabalhadores.

"Infelizmente temos conhecimento - e o que nos preocupa muito e justifica a presente carta - de situações potencialmente muito perigosas e, que por se circunscreverem à relação direta entre o trabalhador bancário e o cliente, são geralmente pouco valorizadas ou mesmo desconhecidas", afirma.

"Temos conhecimento pessoal de situações dramáticas de jovens trabalhadores, sem quaisquer responsabilidades hierárquicas no banco, ameaçados se os clientes não vierem a receber as quantias que investiram; jovens mães ameaçadas na sua pessoa e nas

Clientes identificam bancários

Acompanhados por agentes de autoridade, os clientes do BES estão a visitar os balcões do Novo Banco para identificarem os trabalhadores que lhes terão apresentado para subscrição papel comercial do GES, com a intenção de que venham a ser punidos.

A Febase lamenta tal atitude, na medida em que esses trabalhadores limitaram-se ao estrito cumprimento das suas funções profissionais a que devem obediência - e agora querem fazer recair sobre eles uma responsabilidade pessoal que não têm nem nunca tiveram.

Independentemente da análise jurídica de toda esta situação, a Federação manifesta desde já a sua solidariedade a todos os trabalhadores do Novo Banco e, nomeadamente aos associados dos seus Sindicatos, o apoio de que necessitem na sua defesa.

Foi já solicitada uma reunião ao presidente do Novo Banco, para debater esta questão.

peças da sua família por clientes mais indignados e exasperados", alerta a carta da Federação, acrescentando que a crise "atinge uma dimensão mais grave em terras pequenas ou com clientes de agências pequenas ou muito personalizadas".

A Febase termina a carta pedindo a Eduardo Stock da Cunha uma "intervenção firme no apoio a estes trabalhadores, uma posição firme do Banco no esclarecimento público da irresponsabilidade dos trabalhadores em todo o processo que, agora, motiva as ameaças que sofrem no seu quotidiano".

Casos acompanhados

"No Novo Banco todos os casos de maior conflito entre clientes e colaboradores têm sido acompanhados desde o primeiro instante", sendo uma "prioridade", respondeu a administração do Novo Banco à Febase, adiantando que o processo foi despoletado "muito antes" do aparecimento das ações coletivas.

Numa carta assinada por Eduardo Stock da Cunha, a administração garante à Febase que "todos os casos são

acompanhados", nomeadamente numa "perspetiva de segurança e/ou jurídica", através de "mecanismos que visam restabelecer as condições de trabalho dos colaboradores".

"Temos mantido atualizado o registo de casos concretos de ameaças reportadas pelos nossos colaboradores", acrescenta a carta de Stock da Cunha, adiantando que o banco tem sensibilizado os trabalhadores para que denunciem as ameaças.

Por fim, destacando "a grande dignidade, respeito e contínua preocupação pelos clientes que os nossos colaboradores têm demonstrado ao longo deste processo", a administração do Novo Banco promete "continuar a dar a este tema a extrema atenção que merece".

A missiva vem acompanhada pelo comunicado do Novo Banco sobre o assunto, no qual se reserva "o direito de adotar as medidas legais que se mostrem adequadas", além de "continuar a apoiar, sem restrições, os seus colaboradores, nomeadamente os que são ameaçados".

O comunicado à imprensa termina salientando que a rede comercial do



banco "é constituída por profissionais que merecem o apreço, a confiança e o apoio do conselho de administração, que lhes agradece o trabalho desenvolvido, os resultados alcançados e a vitalidade demonstrada em circunstâncias físicas e anímicas particularmente difíceis". ■

Trabalhadores da Parvalorem devem integrar Banco de Fomento

A transferência dos trabalhadores da Parvalorem para o futuro Banco de Fomento é o objetivo da Federação, que juntamente com a UGT vai propô-lo aos responsáveis das Finanças

A Febase reuniu-se com a administração da Parvalorem no dia 13 de maio, para debater a situação dos trabalhadores da empresa estatal de recuperação de crédito do ex-BPN.

A administração informou que reabriu o processo de rescisões de contrato por mútuo acordo para os trabalhadores alvo de despedimento coletivo, indo assim ao encontro da alternativa pretendida pela

Federação. Recorde-se que a Febase sempre defendeu a manutenção dos postos de trabalho mas, na sua impossibilidade, o recurso às rescisões.

Dos 49 trabalhadores atingidos, cerca de uma vintena está a negociar a rescisão.

A Comissão Nacional de Trabalhadores (CNT), a quem legalmente cabe acompanhar o processo, está a averiguar situações socialmente complicadas e a administração dispõe-se a analisar esses casos.

A Parvalorem adiantou que prosseguirá o despedimento coletivo se os trabalhadores não aceitarem rescindir.

Questionada pela Febase, a administração sublinhou não ter intenção de avançar com um novo corte de postos de trabalho este ano, sem contudo se comprometer quanto ao futuro.

Face a esta situação, a Febase quer voltar a reunir-se com os responsáveis do Ministério das Finanças, de quem depende a Parvalorem, para tentar travar o despedimento coletivo e evitar novos processos.

Postos de trabalho

A Federação critica as sucessivas opções políticas que levaram a situação a culminar num despedimento coletivo e exige que sejam tomadas medidas que defendam o futuro dos trabalhadores da empresa do setor empresarial do Estado.

Nesse sentido, defende que os serviços entregues em *outsourcing*, por concurso público, a uma empresa externa, voltem à Parvalorem, o que manteria os postos de trabalho. Em caso contrário, então que os trabalhadores da Parvalorem sejam integrados no futuro Banco de Fomento que o Estado está a fundar.

A instituição precisará de funcionários para desempenhar as funções para que é criada, devendo ser dada preferência a este conjunto de trabalhadores, cujo futuro está comprometido devido às decisões da tutela.

Uma posição que espera poder defender junto da ministra das Finanças ou do secretário de Estado do Tesouro em reunião a ser solicitada pela UGT. ■



Sindicatos denunciam perseguição de trabalhadores pelo BCP

Os Sindicatos da Febase reuniram-se, de urgência, com a administração do BCP para exigirem que o banco termine imediatamente a perseguição aos trabalhadores que recusaram rescindir o contrato

TEXTOS: **INÊS F. NETO**

O BCP transferiu um grupo de trabalhadores para a recém-criada Direção de Recuperação de Baixos Montantes (DRBM), numa situação que pode configurar assédio moral.

Trata-se de trabalhadores que há já algum tempo e por mais de uma vez foram convidados pelo BCP para rescindirem os contratos de trabalho ou aceitarem reformas antecipadas, mas que rejeitaram. Receberam na altura cartas do banco comunicando-lhes não ter condições para assegurar os seus postos de trabalho, classificando-os como "excedentários" e enviando-os para casa.

Esta situação foi então contestada pela Febase junto da administração e

motivou uma queixa à Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT).

Face à intervenção da ACT, o BCP criou a DRBM e transferiu para lá estes trabalhadores, que ao fim de uma vintena de anos de serviço em funções noutras áreas bastantes diversas dedicou-se à recuperação de crédito de baixos montantes.

A Febase, na reunião de 21 de maio, comunicou à administração não aceitar, de modo algum, que o BCP tenha este tipo de comportamento persecutório para com os trabalhadores.

A administração justificou-se dizendo que a criação da Direção e a transferência dos trabalhadores deveu-se ao facto de ter verificado que se tornou insustentável a sua manutenção nos postos de trabalho de origem.

Créditos

A acompanhar a mudança profissional, o BCP decidiu também retirar à esmagadora maioria daqueles trabalhadores a isenção de horário, o que significa cortes nas remunerações que, em alguns casos, podem chegar aos 50%.

Estes cortes estão a gerar situações sociais muito difíceis, com alguns trabalhadores sem capacidade para cumprir o pagamento de créditos, nomeadamente ao BCP.

Face à frontal rejeição assumida pelos Sindicatos da Febase, a administração do BCP disponibilizou-se a rever a sua posição, procedendo a um ajustamento dos créditos dos trabalhadores para com a instituição.

No final da reunião, a administração não mostrou qualquer abertura para alterar a situação criada àqueles trabalhadores, com o argumento, entre outros, de que continua obrigada a cumprir os compromissos assumidos com a DGcom.

No entanto, admitiu rever o valor das indemnizações por rescisão ou reforma, através de uma análise casuística.

Reuniões de trabalhadores

Face ao resultado do encontro com os responsáveis do BCP, as Direções dos Sindicatos realizaram reuniões com os respetivos associados, para prestarem esclarecimentos.

Nos encontros, os trabalhadores colocaram dúvidas, a que os dirigentes procuraram responder, face à informação que detêm.

Mas, independentemente das explicações prestadas nas reuniões, a Febase alerta todos os trabalhadores para se dirigirem aos serviços jurídicos dos seus Sindicatos, de forma a serem elucidados e aconselhados. ■

Reservas ATÉ 30 JUNHO:

Especialmente para Si, prolongámos até 30 Junho a garantia de preço face a eventuais futuras flutuações Cambiais, qualquer que seja a data da sua viagem !

Guia-Acompanhante Oasistravel durante toda a viagem

Consulte-nos e aproveite **CONDIÇÕES ESPECIAIS e DESCONTOS FEBASE !!**

Pagamentos até 18 meses rigorosamente sem juros ou encargos

(dependendo das datas da viagem e da inscrição)

Oferta Seguro de Viagem Especial incluindo seguro de cancelamento e interrupção da viagem e capital MIP 60.000€

Oferta Taxa de Reserva



OASISTRAVEL

30 anos de confiança

EXCLUSIVOS OASISTRAVEL - SELECÇÕES 2015

Roménia & Bulgária | 2 Julho + 18 Agosto – **1.368€**

10 dias | Pensão Completa | Hotéis 3*/4*/4*sup.

Tesouros da Sérvia | 11 Julho – **1.368€**

8 dias | Pensão Completa | Hotéis 3*/4*

7 Países da Ex-Jugoslávia | 5 Setembro – **2.368€** ou 395€/mês*

12 dias | Pensão Completa | Hotéis 3*/4*

Sicília com extensão a Malta | 13 Setembro – **1.560€** ou 260€/mês*

7 dias | Pensão Completa | Hotéis 4*

Irão – Trilhos da Antiga Pérsia | 25 Out.–**2.160€** ou 270€/mês* + 24 Set.–**2.088€** ou 348€/mês*

10 dias | Pensão Completa | Hotéis 4*sup./5*

China Encantada c/ Cruzeiro Rio Yangtzé e Mont.Arco-Iris | 2 Out.– **3.990€** ou 499€/mês*

15 dias | Pensão Completa | Hotéis 4*sup/5* | Navio 5*

Grande Circuito do México | 8Out. – **2.870€** ou 359€/mês*

14 dias | Pensão Completa | Hotéis 4*/5*

Japão Fascinante | 14 Outubro – **3.486€** ou 436€/mês*

11 dias | Pensão Completa | Hotéis 4*/4*sup.

Sri Lanka – O Antigo Ceilão | 15 Outubro – **1.990€** ou 249€/mês*

10 dias | Pensão Completa | Hotéis 5*

Tailândia – O Reino do Sião | 31 Outubro – **2.890€** ou 361€/mês*

13 dias | Pensão Completa | Hotéis 4*/4*sup.

Singapura, Timor, Indonésia & Malásia | 4Nov – **4.788€** ou 479€/mês*

13 dias | Pensão Completa | Hotéis 4*/5*

O Melhor do Sul da Índia & Sri Lanka | 7Nov – **2.988€** ou 299€/mês*

16 dias | Pensão Completa | Hotéis 4*sup./5*

Índia-Magia Colorida do Rajastão | 19Nov–**1.990€** ou 199€/mês* + 12Jan–**1.790€** ou 128€/mês*

11 dias | Pensão Completa | Hotéis 4*/5*

Fim-do-Ano Nova Zelândia & Austrália | 27Dez–**7.756€** ou 647€/mês*

20 dias | Pensão Completa | Cruzeiro Royal Caribbean e Hotéis 4*/4*sup

...Nova York | Paris & Vale do Loire | China, Macau & Hong-Kong | Guatemala & Honduras
Argentina & Chile | Esplendores do Sul da Índia | Vietname, Laos & Camboja | Cruzeiros...

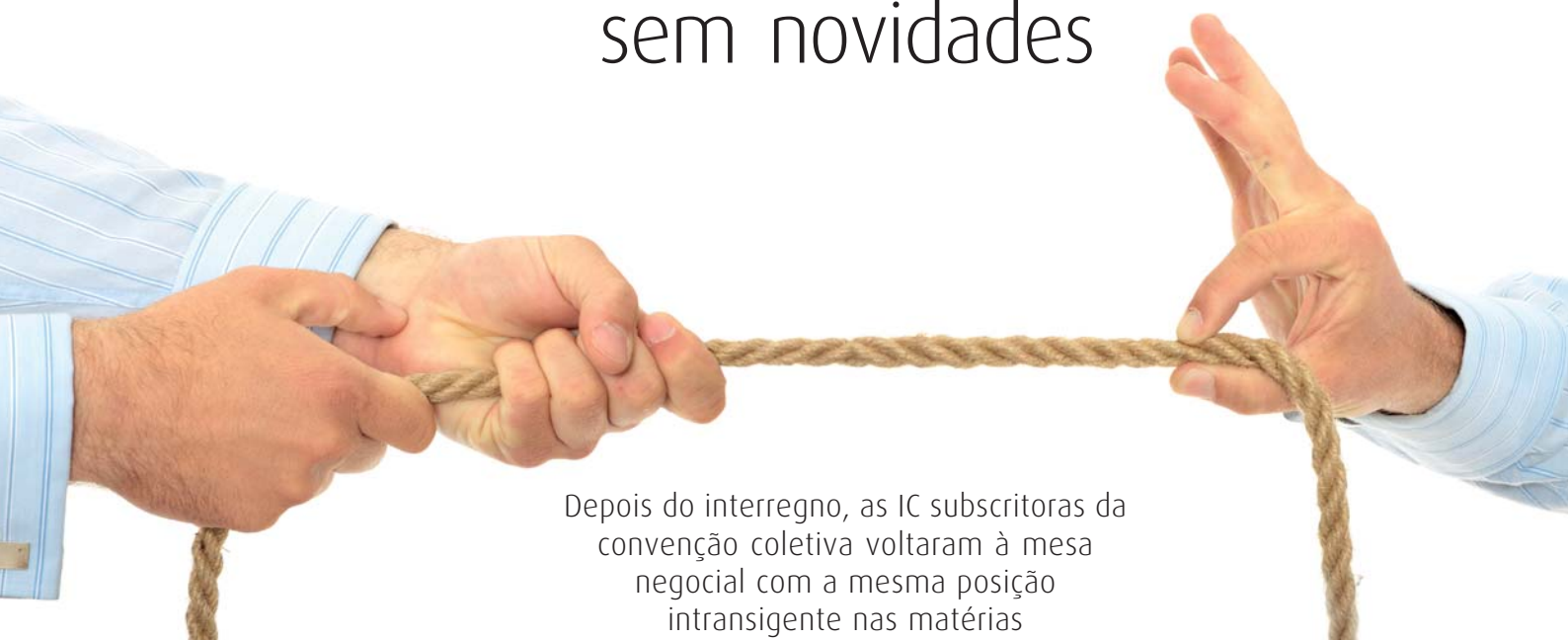
* = Consulte-nos para informações detalhadas sobre possibilidade de pagamento em mensalidades.

Faça "gosto" em



e receba as nossas novidades em tempo real.

Reinício da **revisão do ACT** sem novidades



Depois do interregno, as IC subscritoras da convenção coletiva voltaram à mesa negocial com a mesma posição intransigente nas matérias que consideram fundamentais

TEXTOS: **INÊS F. NETO**

Esperavam-se novidades na atitude patronal, depois de terem solicitado o prolongamento do interregno negocial devido às eleições sindicais, que deveria terminar a 19 de maio. Mas na sessão de dia 2 de junho, que marcou o reinício das negociações, nada de fundamental foi adiantado.

O grupo negociador das IC (GNIC) começou a reunião com uma manifestação de vontade sobre a necessidade de ser feito um esforço para concluir o processo e ter pronto um novo ACT para ser apreciado e votado pelos órgãos representativos de cada uma das partes.

Nesse sentido, propôs mesmo o agendamento de mais sessões, de forma a terminar as negociações até agosto e a nova convenção coletiva poder ser assinada em outubro ou novembro, indo assim ao encontro das pretensões em tempo oportuno apresentadas pela Febase.

Na perspetiva dos representantes das IC, o que divide as partes já não é tão substancial como anteriormente, adiantando estar convictos de que será possível cumprir aquele calendário.

O GNIC apresentou ainda um documento intitulado Ponto de Situação do Processo Negocial, alertando que se trata de uma sistematização factual dos

entendimentos de princípio alcançados e das posições das partes.

No entanto, o documento altera matérias em relação às quais já tinha havido consenso, o que em nada contribui para a celeridade do processo negocial.

Face a todo este fervor, a Febase estava na expectativa de que houvesse um esforço de aproximação das IC às reivindicações sindicais, especialmente nas matérias basilares. Tal não aconteceu.

Tudo na mesma

A Febase expressou igualmente a sua vontade em terminar as negociações tão breve quanto possível, mas preveniu que esse objetivo não pode sobrepor-se ao essencial: conseguir uma convenção que salvguarde os interesses dos bancários.

E isso não está assegurado, como ficou provado depois de os representantes patronais terem avançado a posição das IC sobre as cláusulas que consideram condição para a rutura do processo negocial.

Entre elas estão temas como os regimes de indemnização por mudança de local de trabalho, encerramento temporário e definitivo, trabalho por turnos, subsídio de doença, diuturnidades, deslocações em serviço e prémio de antiguidade.

Em todas elas a postura das entidades patronais está exatamente igual à transmitida à Febase em sessões anteriores, realizadas até final de março.

Como foi justificado pelo GNIC, as IC, depois da reflexão efetuada, consideraram não poder ir mais além da sua última proposta – e não pretendem alterar essa posição.

A Febase foi categórica na recusa em aceitar algumas das questões, mas ficou de analisar em profundidade o documento apresentado nesta sessão.

SAMS per capita

O GNIC informou ainda a Febase que aproveitou a pausa negocial para proceder a um novo levantamento dos encargos com os SAMS.

O objetivo das IC é encontrar uma formulação que permita transformar a modalidade em vigor num sistema de capitação em que o encargo das instituições seja igual para todos os bancários, independentemente do sindicato em que estão filiados ou do local onde trabalham.

Pretendem assim encontrar uma média, de forma a que no final das negociações os encargos de cada banco para os SAMS não aumente nem diminua. A sua concretização será formulada numa proposta a apresentar em próxima reunião. ■



Mediação de seguros

Negociação do CCT começa em setembro

Um novo instrumento coletivo de trabalho consentâneo com a realidade do setor é o objetivo dos Sindicatos da Febase

TEXTO: **JOSÉ LUÍS PAIS**

A Febase, através dos sindicatos da atividade seguradora, reuniu-se finalmente com a APROSE. Já se tinha noticiado que esta Associação, representativa da atividade de mediação profissional de seguros, estava em processo de fusão por incorporação da ANACS- Associação Nacional de Agentes e Corretores de Seguros e por esse motivo registava-se um impasse na negociação da revisão do CCT. Recorde-se que com cada uma daquelas Associações vigoram ainda os respetivos CCT que tinham sido negociados anteriormente.

Efetuada a reunião, entenderam as partes envolvidas na negociação proceder a uma primeira abordagem dos aspetos con-

siderados mais significativos para um instrumento de regulamentação coletiva de trabalho, consentâneo com a realidade da mediação de seguros e com a disposição de avançarem em ordem a acelerar, tanto quanto possível, a negociação. Assim, ficou estabelecido que a mesma teria o seu início em setembro, após a apresentação dos projetos de propostas para o CCT.

Acautelar direitos

A Febase procurará novos caminhos para esta negociação, com cláusulas aptas para as formas de trabalho, capazes de dotarem este setor específico de um instrumento preparado e eficaz, e suscetíveis de constituírem alternativas de negociação perante cenários que se adivinham. Serão estes alguns dos aspetos fundamentais da negociação.

Os direitos e regalias dos trabalhadores da mediação serão acautelados com a perseverança e responsabilidade que as circunstâncias impõem.

Existe plena consciência que esta negociação se reveste de grande im-

portância para todos. Por isso, negociar-se-á com o maior cuidado e rigor, para se melhorarem as condições de vida dos trabalhadores deste setor de atividade.

Ao mesmo tempo pugnar-se-á para que todos sejam abrangidos pelo que ficar consignado no CCT e que será relevante para todos os trabalhadores seus beneficiários, e também para os empregadores, pela motivação e estímulo que tais benefícios induzem em quem os recebe.

Acredita-se que é possível, para além de necessário e imperioso, por via do diálogo concertado, atingir-se um quadro global que seja suscetível de acordo.

Tudo se fará para que um novo CCT seja uma realidade, com a convicção de que só com um contributo coerente, leal e honesto, viabilizará uma saída construtiva e séria.

Os trabalhadores poderão estar certos que o único e nobre propósito que nos animará é o de defendermos e garantirmos os direitos e regalias dos mesmos. ■



Conselho Geral aprova Relatório

O documento relativo a 2014 mereceu o voto favorável da maioria dos conselheiros, com apenas um voto contra e duas abstenções

TEXTO: **PEDRO GABRIEL**

O Conselho Geral da Febase, reunido em Coimbra, em 28 de maio, aprovou por esmagadora maioria, com um voto contra e duas abstenções, o Relatório de Atividades e as

Contas de 2014 e elegeu os novos membros da Mesa.

Carlos Marques foi eleito secretário-geral da Federação em reunião de Secretariado ocorrida durante a manhã. Cumprindo a norma de rotatividade, o presidente do STAS sucedeu a Aníbal Ribeiro (SBC) e cumprirá funções durante um ano.

Os conselheiros votaram igualmente na eleição dos novos membros da Mesa do Conselho Geral (ver caixa). O presidente é agora José Alfredo Val-Figueira (STAS), que sucede a José Freitas Simões (SBC). A única lista que se apre-

sentou a sufrágio recebeu 53 votos a favor, cinco contra, sete brancos e cinco nulos, num total de 70 votantes.

Aníbal Ribeiro foi o primeiro a fazer uso da palavra. O secretário-geral cessante deu conta da passagem de testemunho a Carlos Marques, referindo que exerceu funções num mandato conturbado no setor e agradecendo o apoio de todos. "Ter conselheiros como temos na Febase é relevante para o bom nome da instituição".

O recém-eleito presidente do SBC referiu ainda que a Febase teve um papel preponderante e fundamental na defesa dos postos de trabalho e, nos casos em que foi impossível travar os despedimentos coletivos, para que um conjunto de prerrogativas fosse cumprido.

Durante toda a sessão, dois conselheiros usaram da palavra para colocar questões e dar a sua opinião, tendo merecido os devidos esclarecimentos do Secretariado.

Contratação coletiva

Coube a Paulo Alexandre fazer o resumo da atividade sindical no que à contratação coletiva diz respeito, com es-

Membros da Mesa

Mesa do CG	Suplentes
Joaquim Mendes Dias (SBSI)	Ana Paula Viseu (SBSI)
Carlos Nobre (SBN)	Vitorino Ribeiro (SBN)
Manuel Góis (SBC)	António Alexandre (SBC)
José Alfredo Val-Figueira (STAS)	Mário Rubio (STAS)
Jorge Cordeiro (SISEP)	Mário Oliveira (SISEP)



e Contas

pecial incidência nas negociações do ACT.

O responsável pelo pelouro da Contratação explicou que nos últimos meses o processo tem avançado pouco, em grande parte pela divergência de opiniões em matérias consideradas essenciais pela Febase.

Para além do ACT do setor bancário, a situação da Parvalorem também foi abordada por Paulo Alexandre, fazendo referência às rescisões de contrato ocorridas e na possibilidade dos trabalhadores serem inseridos no futuro Banco de Fomento.

Já no caso da CGD, Paulo Alexandre falou no plano de reformas da instituição, explicando que são cerca de 2000 trabalhadores passíveis de serem abrangidos por este plano e criticando a falta de informação concreta relativamente aos objetivos da administração.

Por último, o responsável pela contratação centrou-se na situação do Millennium bcp. As pressões constantes e permanentes sobre os trabalhadores para rescindirem o contrato ou aceitarem uma reforma antecipada foram referidas por Paulo Alexandre, que indicou ter havido recentemente uma li-

geira abertura da administração do banco para se debater esta matéria.

Avanços no setor segurador

Relativamente à contratação no setor segurador, Carlos Marques fez o ponto da situação, nomeadamente as alterações feitas ao acordo de 2012 que tiveram como objetivos um novo valor de subsídio de almoço e novas participações das entidades patronais para o plano individual de reforma do setor, no valor de 3,25% sobre o ordenado anual.

Uma nova cláusula de apoio escolar, que pode ir até 50% do custo em livros, também foi referido como um avanço significativo.

O presidente do STAS não esqueceu a instabilidade vivida no setor, salientando o processo de despedimento coletivo na Axa. Carlos Marques explicou que o processo está praticamente resolvido, uma vez que a alguns trabalhadores foi proposto um sistema de tele-trabalho e a outros foram propostas rescisões amigáveis.

Para 2015, Carlos Marques referiu que o STAS e o SISEP estão a trabalhar

para ultrapassar o bloqueio na atualização salarial dos trabalhadores dos seguros.

Tempos livres importantes

João Carvalho, pelo Secretariado, usou da palavra para fazer um resumo das atividades desenvolvidas pelo Pelouro dos Tempos Livres. Explicou que o decréscimo de trabalhadores na banca acaba por refletir-se também nas atividades desenvolvidas.

Já Humberto Cabral fez a análise das Caminhadas Febase, destacando o facto de esta ser uma atividade autossustentável, logo não implicando custos para a Federação. A terminar, o responsável reafirmou a vontade de estender a modalidade ao Norte e ao Centro.

Em relação ao concurso FotoFebase, Patrícia Caixinha fez um balanço positivo, referindo que esta é uma das iniciativas de maior sucesso no seio da Federação, com cada vez mais participantes. Aproveitou para apelar à sua divulgação, no sentido de os fotógrafos amadores ou profissionais que concorrem tenham oportunidade de vencer prémios aliantes. ■

Mais um ano de reestruturações



As Instituições de Crédito, em 2014, avançaram com novos processos de reestruturação, com as inevitáveis rescisões de contrato e reformas antecipadas

Se 2013 já não tinha sido fácil, 2014 deu continuidade aos ataques constantes aos trabalhadores do setor financeiro.

De facto, à reestruturação iniciada pelo Millennium bcp, de acordo com o Memorando de Entendimento com a

DGCom, juntou-se nova tentativa da instituição de avançar para mais rescisões. Os Sindicatos da Febase foram alertados para o conteúdo de cartas que o banco estava a enviar aos trabalhadores, informando-os de que no âmbito do processo de reestruturação

em curso não tinha condições para assegurar os seus postos de trabalho.

Esta disposição mereceu de imediato uma forte reação da Febase, pois tinha sido assumido pela administração que não recorreria a pressões desajustadas.

A comissão executiva do Millennium bcp garantiu à Febase que futuramente o procedimento do banco desenvolver-se-ia no quadro do Memorando de Entendimento acordado com os Sindicatos.

Ficou igualmente salvaguardado o direito de os trabalhadores que receberam as cartas do banco de ocuparem os seus postos de trabalho, a que legitimamente têm direito.

Sem informar

As tentativas de reestruturação por parte das Instituições de Crédito (IC), sem darem conhecimento à Febase, foram a novidade do ano.

Assim aconteceu no Barclays, cujo CEO informou que o grupo pretendia

Setor empresarial do Estado não escapou

Nas instituições estatais também não foi um ano fácil. Na Parvalorem, o futuro continua em aberto depois de sucessivas rescisões de contrato e da perspectiva de um despedimento coletivo na instituição. A Febase não deixará de estar atenta a todos os processos inerentes, defendendo sempre as melhores soluções para os trabalhadores.

No caso da CGD, os trabalhadores têm sido constantemente alvo de penalizações nos seus rendimentos e progressões de carreira. Os Sindicatos da Febase defenderam, mais uma vez, que sendo a Caixa uma Instituição abrangida pelas regras do Código do Trabalho rege-se, em matéria de relações de trabalho, pela convenção coletiva (AE) livremente negociada, pelo que não deveria estar sujeita às disposições do Orçamento do Estado, tão penalizador para as famílias portuguesas.

A Febase intentou ainda várias ações em tribunal para defender os trabalhadores do IFAP e das Direções Gerais de Agricultura e Pescas, tentando por todos os meios que seja reconhecida a continuação da aplicação do ACT, nomeadamente aos trabalhadores oriundos do ex-IFADAP.

desinvestir em Portugal, Espanha, Itália e França e deixando no desemprego cerca de 14 mil trabalhadores em todo o mundo.

Os Sindicatos exprimiram a sua preocupação face à instabilidade que uma notícia desta natureza causou na vida dos trabalhadores, tanto mais que 2014 era o terceiro ano consecutivo em que o Barclays recorria à redução de postos de trabalho.

Ao todo, foram seis dezenas de balcões encerrados e um plano de rescisões de contrato por mútuo acordo, cujo objetivo era reduzir o quadro de efetivos em cerca de 300 a 400 trabalhadores.

Situação mais grave viveu-se no BBVA, cuja notícia a dar conta do encerramento da atividade em Portugal não mereceu qualquer comentário por parte da instituição. Apenas no terceiro trimestre, o BBVA informou sobre o processo de reestruturação, que implicava um despedimento coletivo de 170 trabalhadores.

Também a Unice decidiu avançar para rescisões por mútuo acordo e reformas antecipadas. Apesar de o processo ter decorrido de forma pacífica, os Sindicatos da Febase solicitaram à administração da empresa que, caso tenha de tomar medidas deste género futuramente, as debata com a Federação.

A Febase manter-se-á atenta à situação vivida no Banif, cujas informações continuam a ser contraditórias e imprecisas. Rescisões por mútuo acordo e encerramento de balcões estão em cima da mesa, não sendo possível ain-

O ano em que o BES virou Novo Banco

Em meados de 2014, o País despertou para a dura realidade do prejuízo no Banco Espírito Santo (BES). Os desenvolvimentos posteriores deixaram os Sindicatos da Febase preocupados com eventuais repercussões para os trabalhadores, pois sempre que uma instituição enfrenta problemas, os trabalhadores são os primeiros a verem a sua situação em risco.

Desta forma, os Sindicatos da Febase exigiram do Estado e do governador do Banco de Portugal uma maior atenção aos trabalhadores.

O BES deu lugar ao Novo Banco, mas continuam a ser os funcionários bancários, com a sua dedicação e zelo, a fazer de tudo para defender a imagem da instituição, transmitindo confiança aos clientes. Nesse sentido, a Febase estará atenta ao futuro do Novo Banco, tendo deixado claro que os trabalhadores e os seus postos de trabalho são a sua principal preocupação.

da quantificar o volume a atingir por essas medidas.

ACT de mínimos

As IC mantiveram o propósito de desregulamentar o setor, aumentando a instabilidade e tentando por todos os meios que um ACT com poucas normas veja a luz do dia.

A estagnação do processo negocial foi uma realidade, apesar das tentativas da Febase em fazer ver que os sinais de recuperação que a banca evidenciou se deveram, em grande parte, ao esforço e dedicação dos seus trabalhadores, ao mesmo tempo que eram privados de atualização salarial, situação que ocorreu pelo quarto ano consecutivo.

A persistência da Federação à mesa de negociações permitiu alguma abertura negocial por parte das IC em matérias fundamentais, embora não ainda suficiente para assegurar as pretensões sindicais de defesa dos interesses dos trabalhadores bancários.

Continuar a lutar

Com a denúncia do ACT pelas IC, a caducidade da convenção coletiva ameaça ser uma realidade. As alterações introduzidas ao Código do Trabalho nesta matéria não beneficiam os trabalhadores e pressionam os Sindicatos, sob pena de os seus associados perderem o que foi conquistado ao longo de anos e ficarem apenas com a proteção mínima garantida pelo Código.

Apesar de o prolongamento das negociações ser prejudicial aos trabalhadores e, neste contexto, não se poder correr o risco de ficar sem convenção,

tal não significa que se deva fazer um acordo a qualquer custo.

"Sem dogmatismos e com espírito de abertura, a Febase continuará firmemente a defender as suas posições à mesa de negociações, ciente da impor- ▶

Informação essencial

Face à complexa situação do setor financeiro, durante 2014 foram elaborados dezenas de comunicados, mantendo um profundo e contínuo fluxo informativo com os associados sobre todas as questões relevantes para a sua vida profissional e social.

Além do natural destaque dado à negociação coletiva, também os problemas surgidos nas instituições foram alvo de tomadas de posição.

A revista Febase, com 10 edições, continuou a ser o veículo primordial na divulgação de conteúdos sindicais, tendo dado especial atenção à negociação coletiva na banca e nos seguros, tema autonomizado em rubrica própria e que mereceu em todos os números uma página, no mínimo, para cada setor.

Foram abordados problemas laborais em diversas instituições de crédito. O colapso do BES e consequente criação do Novo Banco mereceu, pela sua gravidade, destaque em várias edições. A revisão do ACT do Setor Bancário foi tema permanente nas páginas da revista.

Já no setor segurador, versaram-se matérias como a revisão do CCT dos mediadores, a atualização do CCT da Atividade Seguradora, o Plano Individual de Reforma (PIR) e a situação na Allianz Portugal.

Destaque ainda o início da participação do SISEP na revista.



▶ tância deste processo para o setor e para os trabalhadores que representa", pode ler-se no comunicado da Federação.

CCT segurador melhorado

O CCT do setor dos seguros, publicado em 2012, foi melhorado e inovado. Mas as dificuldades sentidas ao longo do processo impediram o tão desejável aumento salarial.

No entanto, no acordo celebrado com a APS, a Febase conseguiu: contribuição extraordinária, em 2014, para o Plano Individual de reforma, de 1,25%; a percentagem para 2015 foi atualizada para 3,25%; subsídio de almoço, a partir de janeiro, de 9,75€; introdução de uma nova cláusula, a ter efeitos a partir do próximo ano letivo, que permitirá aos associados com filhos a cargo em idade escolar obrigatória serem ressarcidos até 50% do custo dos manuais, com o



Caminhar e fotografar

Os momentos de lazer e confraternização são essenciais para manter o equilíbrio físico e emocional dos associados. Tendo isso em atenção, a Febase deu continuidade ao projeto das Caminhadas Febase, tendo realizado sete iniciativas. O projeto, que decorreu entre abril e novembro, totalizou a participação de 230 caminhadores.

Também o concurso FotoFebase manteve uma evolução positiva, tendo rececionado 890 fotografias nos dez meses de duração da iniciativa.

A participação média foi de cerca de 90 por mês, num total de 70 intervenientes durante todo o concurso. Para a última fase foram selecionadas 120 fotografias.

limite máximo de 1/3 do IAS; melhoria da cláusula relativa ao Prémio de Permanência, permitindo 20 faltas em vez de 15, no total de cinco anos e de três para quatro por ano; ainda nesta cláusula foi incluído o dia anterior ao internamento hospitalar e os trinta dias subsequentes à alta.

É intenção da Federação colocar em vigor um novo CCT em 2016, pelo que este ano serão retomadas as negociações tendo em vista esse objetivo. ■

Contas no verde

O exercício de 2014 terminou com um resultado líquido de quase 28 mil euros



Após terem merecido o parecer favorável da Comissão Fiscalizadora, as contas da Febase do ano anterior foram apresentadas aos conselheiros pela tesoureira Helena Carneiro, tendo sido posteriormente aprovadas, com um voto contra e duas abstenções.

A Federação apresentava, a 31 de dezembro de 2014, um saldo líquido de 27.754,60 euros, uma descida em relação a igual período de 2013 (35.720,84 euros). Tal deve-se, principalmente, a uma descida nas quotizações e nos outros ganhos.

Precisamente as quotizações totalizaram 174.060,00 euros enquanto as vendas e serviços subiram ligeiramente, com 309.864,52€, que representam, essencialmente, a cedência da revista Febase aos Sindicatos.

A rubrica "outros rendimentos e ganhos", no valor de 24.095,33€, representa essencialmente a publicidade inserida na revista Febase.

No lado da despesa, a rubrica Fornecimentos e serviços externos viu o valor descer para -451.919,10€, em relação com o valor apurado em 2013 (-501.107,27€). ■

Rendimentos e gastos	Períodos	
	31-12-2014	31-12-2013
Quotizações	174.060,00	179.710,00
Vendas e serviços prestados	309.864,52	305.119,41
Fornecimento e serviços externos	-451.919,10	-501.107,27
Gastos com pessoal	-16.931,86	-4.366,11
Outros rendimentos e ganhos	24.095,33	67.602,99
Outros gastos e perdas	-7.378,95	-7.730,45
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	31.789,94	39.228,57
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	0,00	0,00
Resultado antes de impostos	31.789,94	39.228,57
Imposto sobre o rendimento do período	-4.035,34	-3.507,73
Resultado líquido do período	27.754,60	35.720,84

O Processo Disciplinar

A condensação da defesa do trabalhador deve ser apresentada na resposta à nota de culpa, nomeadamente a sua versão sobre os factos de que é acusado

TEXTO: JOSÉ PEREIRA DA COSTA*



A realidade não nos passa ao lado: é com preocupação que temos vindo a observar o aumento do número de processos disciplinares. Nesse sentido, muitos são os trabalhadores que se queixam de terem sido pressionados, em sede de inquérito prévio, a prestarem declarações sem que lhe sejam assegurados os princípios basilares de defesa em processo sancionatório.

O processo disciplinar laboral é disciplinado no Código do Trabalho, de forma díspar e não sistemática, deixando muito mais por regular do que seria desejável – em claro prejuízo do trabalhador. As omissões legislativas, no entanto, merecem interpretação sistemática, cuidada e, sobretudo, que integre o processo disciplinar laboral naquilo que é: um verdadeiro processo de inquérito, que culmina com a decisão de aplicação de sanção ou decisão de arquivamento.

Nestes precisos termos, a consagração legal do poder disciplinar da entidade patronal, exercido no âmbito do processo disciplinar, não pode deixar de considerá-lo, de início, como um verdadeiro processo de parte. Ou seja, sendo o poder disciplinar exercido tipicamente pela entidade patronal, o processo disciplinar laboral, enquanto exteriorização desse exercício, é instruído e decidido pela entidade patronal, cabendo a esta a decisão do seu início e fim e a sua administração (ou, se preferirmos, instrução) – neste sentido, aliás, caminham os artigos 328.º a 332.º e 352.º e seguintes do Código do Trabalho.

Resposta por escrito

Ao ser um processo de parte, cuja decisão depende, em exclusivo, da von-

tade da entidade patronal, a participação do trabalhador deve ser efetiva, quer na preparação da sua defesa, quer na participação das diligências instrutórias. Sucede, porém, que as entidades patronais, conscienciosas da necessidade de produzirem prova que vise a fundamentação do juízo final, muitas vezes com juízo pré-concebido de justa causa para despedimento, têm utilizado e abusado da tomada de declarações ao trabalhador sem que a nota de culpa, momento de estabilização da acusação disciplinar, esteja construída e notificada ao trabalhador.

Ora é nesse preciso momento, quando o trabalhador é confrontado com factos que apontam para o início de um processo tendente a apurar a sua responsabilidade disciplinar, que o trabalhador deve consultar, de imediato, um advogado, aconselhando-se sobre a melhor forma de colaborar na obtenção da verdade material.

No fundo, a condensação da defesa do trabalhador deve ser apresentada na resposta à nota de culpa, nomeadamente a versão que o trabalhador tiver sobre os factos de que é acusado. O processo disciplinar, sendo um procedimento de parte, em exclusivo, pertence ao mundo dos processos inquisitórios: a entidade patronal investiga, acusa, instrui e decide – passando-se, depois e se o trabalhador assim entender, para o âmbito do processo jurisdicional.

Mas atendendo a que a prova obtida durante o processo fundamenta a decisão e essa, por sua vez, deve ser sustentada, em tribunal, pela prova do processo disciplinar, toda a intervenção do trabalhador num processo que vise apreciar a sua conduta disciplinar deve ser na pers-

petiva inquisitória em que se integra este tipo de procedimento, assegurando-se ao trabalhador todas as garantias de defesa, nomeadamente a possibilidade de só responder por escrito, na resposta à nota de culpa.

Neste sentido, defendemos a extensão do regime do artigo 32.º n.º 10 da Constituição da República Portuguesa ao processo disciplinar laboral, na medida em que se refere que aos processos sancionatórios são assegurados os direitos de audiência e de defesa.

Essa defesa, para ser efetiva, pressupõe, sem delongas, que o trabalhador condense a sua defesa no processo disciplinar, sendo assistido por advogado e optando por responder, se assim o entender, por escrito, no momento consagrado na Lei: resposta a nota de culpa.

Apuramento da verdade

O processo disciplinar não pode ser visto como um instrumento, *tout court*, de despedimento. A entidade patronal que assim o veja, que assim o estructure, está a atuar além dos limites do Direito, além dos limites da boa-fé.

O processo disciplinar é, isso sim, o procedimento adequado a investigar comportamentos que podem, ou não, gerar responsabilidade disciplinar, sendo que, a verificar-se essa imputação, o despedimento é a última sanção a aplicar e está reservada para aquele tipo de comportamentos que tornem impossível a subsistência da relação laboral.

É essa a dicotomia do processo disciplinar, é esse o imperativo da Constituição. ■

*Advogado do SBSI

Estarão os Sindicatos em crise?



Philippe Pochet*

Comparando a tendência de queda da filiação nos sindicatos com a de outras organizações pertencentes aos nossos sistemas democráticos, como os partidos políticos, bem podemos perguntar como é que os sindicatos mantêm tantos membros, questiona o diretor-geral do European Trade Union Institute (ETUI)

Ao longo das últimas décadas, os sindicatos, na maior parte dos países europeus (sendo a Bélgica uma notável exceção), sofreram uma queda mais ou menos drástica na filiação – uma tendência que tem sido pouco afetada em ambas as direções pelo advento da crise económica e financeira em 2007. Mas esta 'estabilidade' não vai longe o suficiente para nos permitir fazer qualquer julgamento final relativamente ao 'estado dos sindicatos'.

Para uma melhor compreensão, é necessário analisar os três pilares do sindicalismo e as suas interações. O primeiro pilar é o tamanho da adesão: o poder de artilharia dos sindicatos, por assim dizer. O segundo é formado pelas instituições que permitem que os ganhos acordados coletivamente (sejam nacionais ou setoriais e incluindo disposições do salário mínimo) possam ser estendidos até ao máximo de mão-de-obra possível. O terceiro pilar, por fim, consiste nas ligações entre sindicatos e partidos políticos.

Em relação à queda na filiação sindical, o assunto pode ser abordado de um ângulo oposto. Na realidade, compa-

rando esta tendência com o de outras organizações pertencentes aos nossos sistemas democráticos, bem podemos perguntar como é que os sindicatos mantêm tantos membros, dada a queda abrupta nos números dos partidos políticos: no Reino Unido, por exemplo, os membros de partidos políticos totalizam 534 mil, enquanto os sindicatos ainda têm mais de 5,7 milhões de membros. A filiação partidária britânica caiu quase 70% em 30 anos.

Chamar os jovens**

Em Portugal, 340 mil pessoas pertencem a um partido político enquanto 960 mil são membros de sindicatos. Também não deve ser esquecido que Portugal, juntamente com Espanha e Grécia, é um dos poucos países onde – desde a passagem para a democracia na década de 1970 – poucos membros abandonam o seu partido político comparativamente a outros países como Reino Unido, República Checa ou Noruega, onde a 'taxa de abandono dos partidos políticos', ao longo dos últimos trinta anos, tem sido à volta de 65%.



Esta comparação não é uma tentativa de esconder a magnitude das perdas de filiação dos sindicatos, mas permite que o fenómeno seja visto de um ângulo diferente.

Nem a comparação diminui a necessidade de os sindicatos terem uma estratégia ativa de recrutamento – mesmo que essa estratégia venha a mostrar-se

insuficiente para alterar a tendência subjacente e as melhores políticas não venham a produzir um regresso aos níveis anteriores de densidade sindical.

A questão é, simplesmente, que os sindicatos não estão a sair-se assim tão mal em comparação com os partidos políticos, dada a aversão à organização coletiva demonstrada pela nova geração de jovens.

Governos enfraquecem negociação coletiva

Relativamente ao segundo aspeto – as instituições –, o quadro é extremamente misto. Na maioria dos países, de acordo com os últimos dados da Comissão Europeia sobre "relações industriais na Europa", as taxas de cobertura da negociação coletiva são, ao mesmo tempo, estáveis e bastante elevadas.

Dois grupos de países destacam-se, no entanto: os da Europa Central e Oriental, onde as organizações de negociação coletiva eram fracas e tornaram-se ainda mais fracas desde a crise; e aqueles que receberam assistência financeira europeia e estiveram, portanto, sob o controlo da troika (Grécia, Portugal, Irlanda).

O mesmo é válido para Espanha, onde importantes mudanças implementadas pelos governos levaram a quedas significativas no número de trabalhadores abrangidos por acordos coletivos. Tal como a Roménia, na sequência do novo código do trabalho aprovado pela Câmara Americana do Comércio, e como a Hungria, desde as mudanças introduzidas pelo governo Orban em 2012. O enfraquecimento dos sindicatos é, nestes casos, o resultado de uma clara vontade política em reduzir a influência da solidariedade institucionalizada.



Fratura com partidos

Isto leva-nos ao terceiro ponto, a ligação entre sindicatos e partidos políticos. A maioria dos sindicatos na Europa não tem ligações formais com partidos; são independentes, ainda que partilhem 'a mesma opinião' – visível na forma como os partidos introduzem no debate público tópicos que tocam o "coração" dos sindicalistas, destinados a facilitar a negociação coletiva ou nos compromissos com os empregadores num quadro de diálogo social.

E é aqui que a fratura – embora não omnipresente – é mais visível. Um número crescente de governos de esquerda ou de centro-esquerda já não caminha de mãos dadas com os sindicatos.

A escolha feita do governo italiano, dirigido pelo socialista Matteo Renzi, de abster-se de consultar os parceiros sociais é demonstrativa de uma nova postura; e a determinação do governo belga (num país mergulhado em práticas de 'concertação social') em contornar os parceiros sociais, ou de desvalorizar parcialmente o resultado das negociações, é igualmente simbólico do advento de um novo jogo.

Depois existem os partidos emergentes, como o Syriza na Grécia ou o Podemos em Espanha. Embora lhes falta o tipo de relações históricas com os sindicatos que caracterizaram os tradicionais partidos social-democratas, a situação forjada pelos desenvolvimentos recentes é aquela que pode evoluir. O Syriza prometeu, apesar de tudo, restaurar a máquina da negociação coletiva institucional na Grécia.

O que estamos a assistir aqui é o lado positivo do novo comportamento eleitoral que, em outros casos, tem levado a um reaparecimento de votos na direita.

Os sindicatos estão em crise, sobre isso não pode haver dúvidas. No entanto, com instrumentos adequados podemos medir a sua efetiva representatividade, tendo em conta a ação governamental – ou inação – bem como uma melhor compreensão da situação política geral. ■

*Philippe Pochet publicou inicialmente este artigo na Social Europe, tendo autorizado a sua reprodução na revista Febase

**Subtítulos da responsabilidade da Redação

TEXTO: PEDRO GABRIEL



Caminhadas Febase

Passeios únicos

As Caminhadas Febase viajaram até à Comporta para a descoberta do Cais Palafítico. Um passeio com uma vista magnífica, que deixou os caminheiros com a alma renovada. Ainda em maio, completou-se a caminhada do 25 de Abril

Um dos projetos de maior sucesso no seio da Federação deu a conhecer aos participantes o Cais Palafítico, numa viagem da Comporta à Carrasqueira, realizada no dia 30 de maio. Tratou-se de um percurso não circular de dificuldade média, com cerca de nove quilómetros.

Como habitualmente, a organização fez o briefing inicial e distribuiu o abastecimento. Munidos de muita água e protetor solar – afinal de contas, estava-se junto à praia – os participantes deram início à caminhada, aproveitando também para começar a tirar as primeiras fotografias do dia.

Passando por zonas maioritariamente húmidas, os bravos caminheiros puderam observar locais de grande diver-

sidade biológica e vislumbraram ainda os vários canais, esteiros e sapais da região.

Alguns mamíferos como a lontra, o roaz-corvineiro (golfinho), o gineto, o texugo e a raposa habitam na zona. Das cerca de 100 espécies de aves que acorrem à Reserva Natural do Estuário do Sado, salienta-se a cegonha-branca, a galinha de água, o guarda-rios, a águia sapeira, várias espécies de garças, patos e de limícolas (perna-longa, alfaiate e pilrito, entre outros) além de outras espécies migratórias como, por exemplo, o pombo torcaz.

A nível estuarino são especialmente importantes os moluscos, crustáceos e peixes, representados por uma grande variedade de espécies.

Caraterísticas especiais

Considerado uma obra-prima da arquitetura popular, o Cais Palafítico da Carrasqueira é único na Europa, sendo construído em estacas de madeira irregulares, à primeira vista frágeis, que servem de embarcadouro aos barcos de pesca. Consoante as marés, ora estão enterradas no lodo, ora na água.

É um dos locais mais visitados no concelho de Alcácer do Sal e continua a cumprir o propósito para que foi construído: permitir o acesso dos pescadores aos barcos, mesmo durante a baixa-mar.

Ao longo dos diversos cais erguem-se pequenas casas construídas em madeira, que servem de arrecadações.

Estas caraterísticas tão próprias da aldeia da Carrasqueira cativaram todos os participantes, que não se coibiram de dizer o quão belo era este local, a poucos quilómetros da cidade de Lisboa.

Com um sol radioso, as máquinas e os telemóveis a dispararem fotografias e a magnífica vista, não foi de admirar que o tempo passasse a correr. A satisfação por mais uma caminhada completada com sucesso estava bem espelhada nos rostos dos caminheiros, que saíram renovados para o resto do fim de semana.



O final na Carrasqueira



Pelos caminhos da Comporta



Foto de família no Terreiro do Paço

Dia da Liberdade cumprido

Já no dia 16 de maio completou-se a Caminhada Pela Lisboa das Revoluções, depois de a chuva ter obrigado à interrupção no dia 25 de abril. Foi assim uma caminhada em dois atos. No entanto, nas caminhadas Febase ninguém desiste fazendo, no fundo, uma devida homenagem aos militares de Abril que nunca desistiram de ajudar a trazer a

liberdade ao nosso País. E dessa forma, a Lisboa das Revoluções retomou-se a partir do Largo do Rato.

Nesse sábado, São Pedro deu-se por vencido e agradeceu cerca de uma centena de participantes com um final de tarde soalheiro e ideal para uma caminhada.

Após o briefing e o devido abastecimento, deu-se o reinício do passeio. Com ele regressaram igualmente os questionários, uma novidade nesta ca-

minhada, onde as equipas formadas previamente tinham de responder a perguntas relacionadas com o tema do passeio.

Este questionário e a vontade dos participantes em responderem sobre uma parte importante da história portuguesa, conferiu a esta caminhada características únicas e ajudou a reforçar o espírito de entreajuda e convívio entre todos.

Lugares históricos

Ao longo do percurso, percorreram-se vários locais históricos de Lisboa, que fizeram as delícias dos participantes. Destacam-se a Calçada da Bica, o Terreiro do Paço, a Praça Luís de Camões e o inevitável Largo do Carmo, entre outros.

À medida que a noite caía sobre a capital, conferindo uma beleza que só uma Lisboa com características e luminosidade próprias consegue conferir, os participantes iam acumulando o cansaço mas rapidamente o combatiam aproveitando para parar e tirar algumas fotografias para a posteridade.

O relógio já anunciava as 22h00 quando o passeio terminou, precisamente no local onde se tinha iniciado a 25 de abril, o Parque Eduardo VII.

A distribuição dos prémios pelos vencedores do concurso decorreu logo de seguida. Para os primeiros classificados, foi oferecido um fim de semana no Centro de Férias do SBSI, em Ferreira do Zêzere; para os segundos e terceiros classificados, uma dormida de uma noite no Hostel Aventura em Proença-a-Nova, oferta do STAS. ■

De regresso à capital

As Caminhadas Febase prosseguem já este mês, no dia 20, antes da habitual pausa para as férias de verão. Lisboa vai voltar a acolher um passeio diferente, que consistirá na realização de um pedipaper pela cidade.

Para se inscrever nesta caminhada deverá enviar para o email caminhadas@febase.pt os seguintes elementos: nome completo; n.º de sócio; Sindicato; data de nascimento; Nome e data de nascimento de todos os acompanhantes e comprovativo de pagamento.

Para mais informações consulte o blogue [http:// febase-caminhadas.blogspot.pt/](http://febase-caminhadas.blogspot.pt/), onde poderá também fazer a sua inscrição online. Participe!



Atividade sindical de porta em porta

Os trabalhadores das seguradoras foram contactados à entrada para o local de trabalho. O balanço da iniciativa é muito positivo

TEXTO: **JOSÉ LUÍS PAIS**

No cumprimento do seu Programa de Ação, a Direção promoveu deslocações às seguradoras durante os meses de fevereiro a abril, tendo como objetivo a distribuição de informação sobre as cláusulas do CCT negociadas no final do ano passado.

Esta ação, permitindo o contacto direto com os trabalhadores, foi desencadeada às portas de entrada das seguradoras, à hora de entrada para o primeiro período diário de trabalho.

Optou-se por este "modelo", com a principal intenção de se prestarem informações/esclarecimentos, empresa a empresa.

Proporcionou-se também aos colegas a possibilidade de colocarem um ou outro problema mais marcante com que, quotidianamente, são confrontados a nível profissional.

Embora tendo terminado por agora, a Direção irá continuar a desencadear esta ação, procurando aperfeiçoá-la.

Qual o balanço a fazer desta iniciativa? A resposta resulta da forma como a mesma foi encarada pelos trabalhadores, bem como da dinâmica empreendida pela Direção nos locais onde esteve presente.

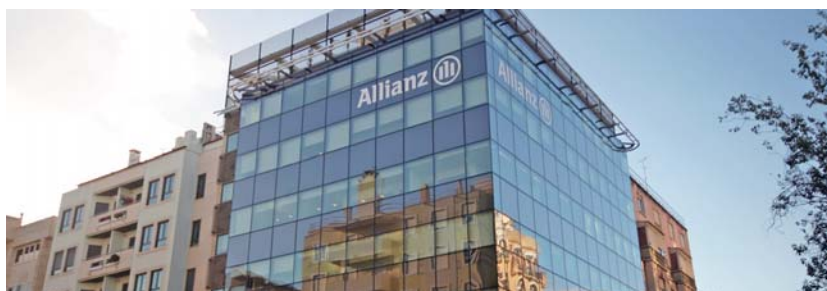
Assim, só se poderá concluir ter sido a iniciativa muito positiva.

Sindicalização

Acresce dizer que sempre se entendeu que só a partir da participação de todos será possível encontrar a necessária força para a resolução dos mais diversos problemas nas diversas vertentes profissionais.

A ligação sindicato/trabalhadores e vice-versa é cada vez mais importante e necessária, pelo que a tónica imediata será a de dinamizar ainda mais estas ações.

Aliás, não podemos deixar de salientar também a contribuição desta iniciativa para a sindicalização, que foi patente ao longo dos referidos três meses.



Contactaram-se, no âmbito desta iniciativa, os colegas das seguintes seguradoras: Liberty, Açoreana (2 edifícios), Cossec, Tranquilidade, Fidelidade (3 edifícios), Zurich, Allianz (2

edifícios), Lusitania, Mapfre, Groupama, Generali, Victoria e em Ponta Delgada: Açoreana (2 edifícios), Liberty, Lusitania, Fidelidade e Tranquilidade. ■

CAMPO DE TERIAS ABERTO

Os preços incluem: Transporte, Alimentação, Seguros, Monitoragem Credenciada, Atividades de Orientação, Escalada, Slide, Rappel, Programas de Atividades adaptáveis às faixas etárias, Idas a Praias nos distritos indicados.

Para Crianças e Jovens a partir dos 6 anos de idade

2015

- 1º Turno: 29 de Junho a 3 de Julho
- 2º Turno: 6 a 10 de Julho
- 3º Turno: 13 a 17 de Julho
- 4º Turno: 20 a 24 de Julho
- 5º Turno: 27 de Julho a 1 de agosto
- 6º Turno: 3 a 7 de agosto

Preços:
107 Euros para Sócio e Colaborador de Empresa Associada
125 Euros para novos sócios

Pagamentos fracionados até novembro

(contacte para descontos e condições de pagamento)

Jovens Seguros

www.jovensseguros.com . geral@jovensseguros.com . Tlm: 916 564 998 . Tlf: 211 383 593



CAMPO DE FÉRIAS FECHADO



Os preços incluem: Transporte de Lisboa, Porto ou Coimbra para Penamacor e regresso. Estadia em regime de pensão completa (alojamento, pequeno-almoço, almoço, lanche, jantar e ceia). Prática de Natação, Passeios, Caminhadas, Slide, Rappel, BBT/Cicloturismo, Bishnaga Ball e outras atividades apropriadas às faixas etárias envolvidas. Todos os materiais necessários às diversas atividades.

Para Crianças e Jovens a partir dos 8 anos de idade

2015

1º Turno:

4 a 18 de julho

2º Turno:

18 de julho a 1 de agosto

3º Turno:

1 a 15 de agosto

4º Turno:

15 a 29 de agosto

Preços:

* 425 Euros para Sócio e Colaborador de Empresa Associada

* 525 Euros para novos sócios * (valores para turnos de 15 dias)

Pagamentos fracionados até novembro

10% de desconto nos pagamento efetuados na totalidade até a data de início do turno correspondente

(contacte para descontos e condições de pagamento)

**Jovens
seguros**

www.jovensseguros.com . geral@jovensseguros.com . Tlm: 916 564 998 . Tlf: 211 383 593



Pólo de Portimão do SISEP

Formandos participam no fórum de educação do Algarve

Os alunos do curso de técnico comercial aproveitaram a ocasião para colocar em prática o que já aprenderam

Foi com enorme sucesso que terminou a participação do SISEP – Pólo de Portimão no Opto.eu, o III Fórum de Educação e Formação do Algarve.

O Fórum decorreu em Albufeira nos dias 6, 7 e 8 de maio e os formandos do curso de Técnico(a) Comercial realizaram diversas atividades, nomeadamente inquéritos ao público presente.

Os inquéritos realizados vão agora ser analisados e associados a um produ-

to, com vista ao levantamento de estudo de mercado, no âmbito dos domínios de formação "Viver em português" e "TIC".



Os formandos do SISEP – Pólo de Portimão, como bons comerciais que são, promoveram a oferta formativa do SISEP junto dos participantes do Fórum.

O SISEP agradece a participação empenhada de todos os formandos do curso de Técnico Comercial, bem como às colaboradoras Filipa Torrão e Elsa Carvalho. ■



Comissão Sindical de Empresa (Norte) do Montepio

Há muita desigualdade nos balcões da área

Apoiar sempre os bancários no terreno é a principal missão dos elementos eleitos

TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

Luís Teixeira (coordenador), Cátia Gonçalves (a tempo inteiro), Emílio Ferreira e Carlos Sousa (ambos a tempo parcial) são os membros da Comissão Sindical de Empresa (Norte) da Caixa Económica Montepio Geral. Começaram por revelar que a área geográfica em que exercem a sua atividade, regida por um regulamento interno, abrange 169 balcões, de Miranda do Douro à Mealhada, agregando 603 associados do SBN no ativo e 101 reformados.

P – Como interpretam a situação vigente na globalidade desses balcões?

R – Existe muita desigualdade. Há gerentes que não sabem aproveitar devidamente as reais capacidades dos nossos colegas, o que, nesses casos, acaba por causar situações de natural frustração. Por outro lado, existem muitas situações de incumprimento de horários, o que, como sabemos, é totalmente ilegal. Mais ainda: há gerentes que evidenciam preferências por uns colegas em detrimento de outros, o que também se torna desmotivador. Enquanto isso, outros tantos gerentes pressionam ilegítimamente os trabalhadores. Enfim, toda esta situação impõe, como deve calcular, uma permanente atuação a esta comissão sindical, cuja missão é a de apoiar sempre os nossos colegas no terreno, tanto no plano jurídico, em que muitos casos são enviados para o contencioso do Sindicato, como no que diz respeito a situações referentes ao SAMS.

Mas também não esquecemos a situação daqueles colegas que foram transferidos para Lisboa. Por isso temos pedido reuniões com a Direção do Sindicato e com o Contencioso, para acompanhar a situação dos nove que ainda lá se encontram, de entre os 25 inicialmente deslocalizados.

Por outro lado, é nossa preocupação manter os associados permanentemen-



Da direita para a esquerda: Carlos Sousa, Luís Teixeira (coordenador), José António Gonçalves (coordenador do pelouro da Estrutura Sindical), Cátia Gonçalves e Emílio Ferreira

te alertados para que não decidam nada no que diga respeito a propostas que lhes sejam apresentadas e que não assinem documento algum sem antes consultarem a comissão sindical, para assim poderem ser aconselhados sobre os seus direitos e sobre quais os melhores caminhos a seguir.

Como de alguma forma já referimos, os membros desta delegação sindical andam sempre no terreno. Os associados sabem-no bem e apercebem-se disso.

P – E sobre a situação interna no banco, qual tem sido a vossa atuação?

R – Temo-nos preocupado em manter a par de tudo quanto é do nosso conhecimento quer a Direção do Sindicato quer os trabalhadores. Todos os desenvolvimentos internos e reflexos que impliquem são imediatamente reportados. É curioso que temos pedido reuniões aos responsáveis regionais, mas enquanto uns nos recebem sem quaisquer problemas, há gerentes que, além de não nos quererem receber, até fogem de nós...

Melhorias no SAMS

P – Quais são as opiniões que recolhem dos associados relativamente ao SAMS?

R – Em primeiro lugar, é preciso que se diga que o SAMS tem vindo a me-

lhorar, de uma forma inequívoca, quer em termos de participações, quer de especialidades. Mas ainda temos regiões que se encontram insuficientemente cobertas, à míngua de acordos com entidades prestadoras de cuidados de saúde, situação que é merecedora de atenção por parte desta comissão sindical.

Por outro lado, o SAMS lançou o modelo 25 para pagar as participações, que veio provocar descontentamento aos nossos associados, que logo começaram a manifestar dificuldades no respetivo preenchimento. Assim, desde o início tem sido nossa preocupação ajudar os beneficiários, fazendo com que aquele modelo lhes passasse a ser acessível, tarefa que não seria da nossa competência e que poderia ser facilmente resolvida com uma alteração do documento por parte do SAMS, em ordem a torná-lo mais completo e de mais fácil preenchimento.

Mas nos nossos permanentes contactos com os associados demonstramos que o nosso SAMS, quer em cirurgias, quer em internamentos, é muito mais vantajoso do que qualquer outro subsistema. Apenas um último reparo: os cartões de utentes têm sido emitidos com demoras significativas. ■



TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA



Comissão Sindical de Delegação de Bragança

"Não se adivinham boas novas

Encerramento de balcões, deslocalizações e um permanente receio pelo futuro profissional e familiar são problemas graves em Trás-os-Montes

Foi com a frase "Não se adivinham boas novas para os bancários em 2015" que os elementos da Comissão Sindical de Bragança começaram a analisar o futuro. Aquela estrutura é constituída por Luís Matos Afonso (co-ordenador), Graça Patrício (vogal) e Vítor Veloso (tesoureiro).

P – Quais os principais problemas que constataam na vossa ação sindical quotidiana?

R – São tantos que nem sabemos por onde começar. Mas um dos mais relevantes é, inquestionavelmente, o encerramento de balcões, que tem afetado um número muito significativo de bancários. Isto, como é evidente, a par da introdução da prática da mobilidade, que coloca níveis inacreditáveis de apreensão nos trabalhadores do setor, muitos dos quais acabam por ser colocados em cidades e vilas a uma enorme distância de suas casas. E não esqueçamos que o conceito de "distância" em Trás-os-Montes é bem diferente das regiões do litoral. Aqui, quando se fala em deslocalizações desta natureza é sempre para ir para bem longe – nunca menos de trinta quilómetros –, o que provoca consequências terríveis, não apenas no aspeto financeiro, mas também alterando rotinas e hábitos, com

repercussões dramáticas a nível familiar. Mas também é bom não esquecer que para estes lados não existem transportes públicos e que, portanto, os bancários passam a ter de deslocar-se em automóveis privados, com todos os encargos que isso acarreta.

Despedimentos e rescisões

P – Mas tinham começado por falar no encerramento de balcões...

R – Sim, sim. Porque só no ano passado, na cidade de Bragança fecharam cinco – Banif, BBVA, CGD, CCA e BCP. Relativamente ao Banif, rescindiram os contratos, com exceção do chefe, que foi transferido para uma localidade a sessenta quilómetros de distância. Quanto ao BBVA, no final do ano os trabalhadores foram surpreendidos com



Da esquerda para a direita: Graça Patrício, Matos Afonso (coordenador), José António Gonçalves (coordenador do Pelouro da Estrutura Sindical), João Carvalho Silva (membro daquele Pelouro) e Vítor Veloso

as questões constantes do Memorando de Entendimento, designadamente no que se refere às reduções temporárias de vencimento até 2017.

P – Os ecos do chamado "caso BES" não chegaram até aqui?

R – Se chegaram! Isso foi uma surpresa para todos! Nessa altura, nós os três deslocamo-nos a todas as agências da área geográfica da nossa delegação para apoiar os colegas, transmitindo-lhes todas as informações existentes e disponibilizando o apoio integral do SBN, nomeadamente por parte dos serviços jurídicos. Aliás, logo ali, no primeiro contacto, tínhamos instruções para lhes dizer que não assinassem nada sem previamente dar conhecimento à delegação, a fim de que pudessemos articular com o Contencioso. Além disso, estas visitas foram reforçadas com uma outra, que contou com a presença de um membro da Direção do Sindicato, especificamente indigitado para o efeito.

e psicologia infantil, prevendo-se a breve trecho a disponibilização de cardiologia, pediatria, enfermagem e fisioterapia. Na delegação existe também um ponto de venda da Loja de Ótica do SBN que, como na sede, tem vindo a registar bons resultados, nomeadamente nas campanhas de promoção, que são realizadas com regularidade.

Instabilidade laboral

P – Perspetivas? O que vem aí? O ano de 2015 já vai quase a meio...

R – Pois é. E o pior é que não se adivinham boas novas para os bancários, uma vez que correm insistentes notícias sobre fusões e aquisições, o que cria uma enorme instabilidade e apreensão nos trabalhadores, com repercussões avassaladoras no seio familiar.

Os membros desta delegação têm vindo a ser questionados pelos associados sobre a veracidade destas informações e sobre quando e como elas ocorrerão. A permanência e a continuidade desta dúvida mantém uma angústia indescritível nos nossos sócios, que nos dizem temer pelo seu futuro na banca.

P – Face a essa realidade, como é que vocês coordenam a vossa atuação?

R – Continuamos com uma atividade muito, mas muito, intensa, quer com visi-

para os bancários"

o despedimento coletivo intentado por aquela instituição de crédito, com todas as implicações que é possível e impossível imaginar para a vida familiar. Neste caso, foram promovidas várias reuniões extraordinárias, com a presença do vice-presidente do sindicato e do coordenador do Pelouro da Estrutura Sindical, com o objetivo de esclarecer e de apoiar os bancários envolvidos no processo.

No que diz respeito ao Banif, os clientes ficaram "pendurados", sem terem um balcão onde pudessem resolver os seus problemas, como depósitos para encargos fixos, situação que muito os penalizou. Quanto ao BCP, realizou-se uma reunião a fim de esclarecer todos os associados daquele banco sobre as propostas de rescisão por mútuo acordo que estavam a ser enviadas via portal e sobre

Mais especialidades médicas

P – Quanto ao SAMS, como podem traduzir a situação atual?

R – Recordemos que o anterior posto clínico foi encerrado pela fraca afluência e pela escassez de médicos. Aliás, fomos a primeira delegação do SBN a quem aconteceu essa situação. Depois, começámos a fazer protocolos com várias entidades clínicas em diversas localidades da nossa área. E de momento encontra-se a funcionar nas nossas instalações – mais precisamente no antigo posto – uma clínica (a Mozclinic), com a qual temos um acordo que permite garantir aos associados e familiares todos os direitos vigentes à data de encerramento do antigo posto.

Neste momento temos as especialidades de clínica dentária, medicina interna

tas programadas aos balcões da área da delegação, quer diariamente aos balcões da cidade, o que permite, por um lado, transmitir as informações e os esclarecimentos que nos são veiculados pela Direção, e por outro, recolher as dúvidas e as apreensões dos bancários, com quem fazemos, assim, uma verdadeira prática de sindicalismo de proximidade.

Aliás – e só para encerrar – permita-nos acrescentar que a delegação teve um papel fundamental na defesa e na manutenção dos direitos de um delegado sindical do BIC, que arbitrariamente iria ser transferido. Com efeito, as nossas diligências conduziram a que a situação com que este colega foi confrontado tivesse sido levada ao conhecimento e à pronta e eficaz atuação do Contencioso do SBN, o que fez com que o processo tivesse sido solucionado a contento do associado. ■





TEXTOS: SEQUEIRA MENDES



Órgãos Sociais tomam posse

O executivo é composto por 12 elementos, oriundos dos mais diversos bancos e das diferentes áreas geográficas que o SBC cobre

Foi no dia 11 de maio que os Órgãos Sociais do Sindicato dos Bancários do Centro tomaram posse, eleitos na sequência da Assembleia Geral Eleitoral de 23 de abril e que, de acordo com a sua Ordem da Trabalhos, se destinava a eleger a Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Geral, a Direção, o Conselho Fiscalizador de Contas e o Conselho Disciplinar.

Tiveram lugar, em simultâneo, as Assembleias das Secções Regionais para a eleição dos representantes de cada Secção Regional ao Conselho Geral, bem como a Assembleia da Secção Sindical de Reformados para eleger os seus órgãos sociais.

Os órgãos sociais vão governar o SBC no quadriénio 2015-2019.

O executivo ora eleito é composto por 12 elementos, oriundos dos mais diver-



Aníbal Ribeiro, na sua intervenção

sos bancos e das diferentes áreas geográficas que o SBC cobre, e liderado por Aníbal Ribeiro, Vice-Presidente no mandato anterior e que nos últimos dois anos exerceu interinamente a presidência, em virtude de Carlos Silva ter assumido as funções de secretário-geral da UGT.

Renovação no Conselho Geral

Há que realçar como nota muito relevante neste acontecimento, a gran-

de renovação verificada no Conselho Geral. Assistimos, pois, à tomada de posse para este órgão de muita gente nova, no ativo, renovação que levou a que mais de metade dos seus conselheiros tivesse sido substituída.

Na Mesa da Assembleia Geral houve algumas mexidas, a começar pela figura do seu presidente, Carlos Silva, que transitou da presidência da Direção para a presidência da Mesa.

Foi uma festa bonita e de grande relevo sindical, na qual marcaram presença, na qualidade de convidados, importantes quadros dirigentes da Febase e da UGT, bem como representantes sindicais da nossa área regional.

Sindicato nacional

E foi em família que muitos dos problemas por que estão a passar os trabalhadores federados na Febase foram levantados e dissecados, com grande relevo para o beco sem saída em que se encontra a contratação coletiva, as horas extraordinárias não pagas, o medo visível que os trabalhadores têm nos seus locais de trabalho, principalmente para assumir e desenvolver as tarefas sindicais, e a magna questão da constituição do sindicato de âmbito nacional, que, como vem sendo hábito nestes encontros, é referido como uma tarefa prioritária.

Nas palavras finais de Aníbal Ribeiro, eleito com 90% dos votos, as duas grandes prioridades da nova Direção serão os SAMS e a assinatura do ACT, desafiando a UGT a acompanhar os Sindicatos nesta urgente tarefa de dar aos bancários a sua cartilha de direitos. ■



Muitos dirigentes dos Sindicatos da Febase marcaram presença





Posto Clínico de Viseu reabre renovado

O espaço existente está mais moderno, mais funcional e ainda melhor equipado

No ano em que o SBC comemora o seu 80.º aniversário – e de acordo com as orientações e a estratégia definidas pelo Conselho de Gerência dos SAMS relativamente à política e aos cuidados de saúde para com os associados – está em curso a renovação e a modernização de todos os Postos Clínicos do SBC.

Assim, no dia 22 de maio, com a presença da Direção, do Conselho de Gerência dos SAMS e de alguns associados, teve lugar em Viseu, no renovado Posto Clínico, uma cerimónia singela.

Esta inauguração, após as obras efetuadas que modernizaram e reformularam completamente o espaço existente, tornando-o mais moderno, mais funcional e mais bem equipado, foi o corolário



de um estudo que revela que mais de 70% das consultas e atos médicos são prestados nos Postos Clínicos.

Foi uma cerimónia marcadamente simples mas de grande significado político e sindical, pois ficou consubstanciada a ideia de que este Conselho de Gerência prossegue e que se traduz na "implementação de um sistema de saúde de elevada qualidade, de modo a liderar e enfrentar o mercado da saúde", nas palavras de Aníbal Ribeiro. Vítor Sampaio, responsá-

vel por este Posto Clínico, agradeceu a presença de todos e elogiou esta iniciativa em boa hora levada a cabo.

Aníbal Ribeiro, por seu turno, agradeceu aos colaboradores o trabalho e a disponibilidade que levaram ao êxito das obras e inscreveu este ato no cumprimento das suas promessas eleitorais. Concluiu esta cerimónia agradecendo a todos aqueles que, por qualquer meio, ajudaram a tornar realidade esta transformação, que se irá estender a todos os outros Postos Clínicos. ■

Bancários Centro



Galáticos da Beira representam SBC

A equipa da Guarda garantiu lugar na final nacional de futsal

A primeira jornada do torneio de Futsal do SBC disputou-se no dia 11 de abril, no pavilhão da Pálheira-Assafarge. Todas as Secções Regionais se fizeram representar com uma equipa: os "Galáticos da Beira" pela Guarda, os "CMBCP", de Coimbra, os "BCP-MGFOOT" por Leiria e os "Viriatos" de Viseu.

O sorteio ditou que Coimbra e Viseu, por um lado, e Leiria e Guarda, por outro, se defrontassem a fim de na segunda jornada os vencedores jogarem entre si na disputa do primeiro e do segundo lugares, assim como os vencidos, para disputa do terceiro e quarto lugares.

A primeira fase do torneio de apuramento decorreu muito bem, com ambos os jogos muito bem disputados, saindo vencedoras as equipas de Coimbra e da Guarda.

A segunda jornada teve lugar a 25 de abril, no mesmo pavilhão, pondo frente a frente as equipas de Coimbra e da Guarda, tendo a vitória sorrído à equipa da

Guarda, sagrando-se, assim, campeã regional. Para a disputa do terceiro e do quarto lugar defrontaram-se as equipas de Leiria e Viseu, tendo saído vitoriosa a equipa de Leiria que relegou, assim, a equipa de Viseu para o último lugar.

Com a presença de alguns elementos da Direção, teve lugar um almoço de confraternização onde foram distribuídas lembranças a todos os participantes.

A final nacional disputou-se em Braga, a 6 e 7 de junho, com a presença dos bancários egitanenses em representação do SBC, de cujo resultado daremos conta em próximas edições. ■



Galáticos da Beira



CMBCP



BCP-MGFOOT



Viriats



Novos Corpos Gerentes já em funções

A responsabilidade transmitida pelo voto dos bancários foi sublinhada na tomada de posse, numa cerimónia em que a revisão do ACT e a constituição do sindicato único marcaram as intervenções

Textos: **INÉS F. NETO**

Os Corpos Gerentes que presidirão ao destino do SBSI durante o quadriénio 2015 – 2019 tomaram posse dia 18 de maio, numa cerimónia que decorreu no Hotel Altis, em Lisboa, e que contou com a presença de muitos dirigentes de outros sindicatos, do secretário-geral e da presidente da UGT, de representantes de várias instituições de crédito e ainda de Faria de Oliveira, presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB).

Também estiveram presentes muitos membros de anteriores Corpos Gerentes do Sindicato, além dos que abandonam funções neste mandato.

Arménio Santos, que cessa funções, iniciou a sessão dando posse aos elementos da Mecodec. Na ocasião, recordou a importância do SBSI, não só para os bancários como também para a UGT e para o movimento sindical português.

A partir de então dirigida pelo recém-empossado presidente da Mecodec – que deu posse à Direção –, a cerimónia

foi marcada por intervenções centradas no futuro do setor financeiro e do sindicalismo.

O mote foi dado logo por Mendes Dias, ao lembrar os "muitos desafios" que aguardam os novos corpos sociais do Sindicato, a quem os bancários reconheceram o trabalho sério desenvolvido em quatro anos difíceis e que permitiu salvaguardar centenas de postos de trabalho e consolidar o SAMS.

Recados para todos

Já o líder da UGT aproveitou a presença na sala de representantes das IC para afirmar não se compreender que ao fim de quase cinco anos não haja um ACT do setor bancário assinado. Respeitar o princípio da livre negociação coletiva e do diálogo social é um desafio aos sindicatos, mas sobretudo às entidades patronais. E a atual situação "é responsabilidade exclusivamente das entidades patronais", acusou.

"Os trabalhadores bancários sofrem hoje as maiores erosão e destruição da sua autoestima, a violência dos clientes e das IC. E quando não se portam bem lá vem a ameaça da reestruturação", frisou Carlos Silva.

O secretário-geral da UGT considerou ser chegado "o momento de apelar à responsabilidade daqueles que lideram as IC" e não deixou de fora a Associação Portuguesa de Bancos.

Carlos Silva revelou que tinha marcado um encontro com Faria de Oliveira para debater algumas das matérias

relativas ao setor, nomeadamente a revisão do ACT.

Mudando o foco para o interior, o líder da UGT referiu-se ao tema que dominou todas as intervenções: o sindicato único do setor financeiro.

"Não há desculpas para não se criar um sindicato de âmbito nacional. Só se for para alguns ou algumas manterem as suas prerrogativas sendo dirigentes de organizações", disse, acrescentando: "Isso é desvirtuar o movimento sindical. Agarrados aos lugares, põem em causa a seriedade do movimento sindical e as suas duas componentes fundamentais: solidariedade e unidade". Num discurso duro, Carlos Silva foi mais longe: "Se não tivermos capacidade de dar o passo para a criação de um sindicato único, estamos a pôr em causa a solidariedade entre organizações e a esbulhar direitos dos trabalhadores, porque eles querem um sindicato único. As Direções têm o desafio e o dever de cumprir esse desiderato".

Unidade desejada

Na sessão intervieram ainda os presidentes dos Sindicatos da Febase presentes – SISEP, STAS e SBC –, que unanimemente reforçaram o apoio à constituição de um sindicato nacional do setor financeiro, já sufragado pelos associados das organizações da Federação.

António Carlos defendeu que o sindicato único "será um forte investimento para construir uma organização com força" e garantiu que no SISEP "daremos todo o



Tomada de posse dos reeleitos presidente e vice-presidente do SBSI



nosso contributo para que isso seja uma realidade o mais breve possível".

O presidente do STAS foi contundente, considerando que o movimento sindical não terá futuro se for incapaz de encontrar unidade. "Não é possível manter este estado de coisas, sob o risco de caminharmos para o abismo", disse.

"O objetivo do STAS é contribuir de forma eficiente e eficaz para o sindicato único", havendo dos dirigentes "todo o desprendimento para cederem os seus lugares" em prol da organização nacional, frisou.

Eleito recentemente presidente do SBC, Aníbal Ribeiro destacou o sufrágio como a vontade expressa dos sócios à constituição do sindicato nacional. "A Febase foi um instrumento dos Sindicatos para juntar esforços; o sindicato único constitui uma exigência, com ganhos de produtividade e crescimento sustentável", disse.

Unificação sufragada

Aguardada com expectativa, a intervenção do reeleito presidente da Direção do SBSI recebeu a ovação da sala face à acutilância dos temas abordados.

O presidente da Direção não esqueceu os que o antecederam, ao afirmar que "só é possível esta obra porque havia outra por trás, com muito tempo: perto de 82 anos para o movimento sindical, quase 40 para o SAMS com carácter formal".

O SAMS foi, aliás, um tema muito salientado no discurso. Rui Riso frisou que no mandato anterior foi interpretada a vontade dos bancários, ao alterar-se o modelo de gestão e criando dinâmicas de mudança numa área onde há sempre mais para fazer.

"Queremos ser o catalisador na saúde, no movimento sindical e na sindicalização", enfatizou Rui Riso, dando o mote ao tema do sindicato nacional.

"Estamos em condições de afirmar que as dinâmicas de mudança internas criadas na saúde vão ter que ser extrapoladas para o movimento sindical através da criação do sindicato único. Essas dinâmicas de transformação são imparáveis", frisou.

"Depois de termos o sindicato nacional sufragado pelos sócios do SBN, do SBC e do SBSI, não há motivo nenhum para fazer parar este movimento de apoio à unificação dos sindicatos, com as vantagens que daí advirão", reforçou.

Para o presidente do SBSI, "ninguém compreenderia que depois de os sócios dos Sindicatos da Febase terem sufragado o projeto de unificação, ele fosse travado por qualquer motivo".

Associado ao projeto sindical, disse, está o projeto de saúde, que é fundamental ser unificado.

"A subscrição do próximo ACT – cujas negociações esperamos ser capazes de concluir – tem um efeito prático: a capitação para o SAMS, em que os bancos terão para com os seus trabalhadores uma responsabilidade absolutamente igual, independentemente do lugar que estes ocupem. E isto só faz sentido se houver um SAMS único, é a melhor forma de se igualizar os benefícios", explicou.

Negociar o ACT

A revisão do ACT teve, aliás, especial destaque na intervenção do presidente. A convenção coletiva está pela primeira vez a ser negociada num paradigma de banca privada, em contraposição às raízes em que foi criada. "Isto altera completamente o panorama da negociação.

Cada banco tem as suas especificidades e é neste quadro que temos de construir o novo ACT", alertou.

Numa chamada de atenção aos interlocutores à mesa de negociações, Rui Riso afirmou não ser possível manter a atual situação: a Febase negocia e assume a responsabilidade perante os bancários, enquanto outros sindicatos subscrevem o mesmo acordo e criticam a Federação.

"Há que mudar de posição e de atitude. Está na altura de em cada banco haver mais do que um ACT. Não é compaginável com o esforço dos Sindicatos da Febase nem com os dias de hoje fazer crescer outros sindicatos, escondidos nos subterfúgios de apoio na saúde completamente diferentes dos nossos", disse.

Sobre o setor financeiro, Rui Riso defendeu mais transparência, uma regulação sem excessos e o fim da opacidade nos processos de reestruturação.

Responsabilidade acrescida

A intervenção do reeleito presidente da Direção terminou com uma palavra de confiança no futuro.

"São grandes as preocupações desta equipa. Ultrapassar este momento difícil com a responsabilidade do património que recebemos das gerações que nos antecederam é, seguramente, uma responsabilidade muito maior", reconheceu, dando relevância ainda ao facto de mais bancários terem participado nas eleições e mais sócios terem votado na lista A.

"Obrigado por acreditarem em nós e nos fazerem sentir que a nossa responsabilidade é ainda maior do que antes – isso quer dizer que a nossa obra continua a ser muito importante para os bancários, para a democracia e para a sociedade portuguesa", concluiu. ■





Resultados definitivos confirmam vitória da lista A

Os resultados globais definitivos das eleições de 22 e 23 de abril, apurados pela Mecodec após a verificação do processo, confirmam a vitória da lista A, que representava a renovação da coligação que presidiu aos anteriores Cor-

pos Gerentes. Como é possível verificar no mapa final, a variação é mínima relativamente aos números apurados no termo do ato eleitoral, divulgados nessa noite e publicados na revista O Bancário. Os resultados definitivos re-

velam uma ligeiríssima diminuição do número de votantes: 12.981, ao invés dos 13.080 inicialmente contabilizados. Do total, 3.652 votaram presencialmente, 7.866 através da internet e 1.463 por correspondência. ■

Secção Sindical	Eleitores	Votantes	% de part.	MECODEC					DIREÇÃO				
				A	B	C	Branco	Nulos	A	B	C	Branco	Nulos
BBVA	258	70	27,13	13	12	45	0	0	14	12	44	0	0
Grupo BST	1336	402	30,09	118	56	210	13	4	115	62	206	15	4
Grupo BCP	2293	676	29,48	355	184	109	24	4	348	191	113	21	3
Grupo Novo Banco	1273	441	34,64	243	146	45	7	0	241	142	43	15	0
Grupo BPI	1493	343	22,97	213	84	42	3	1	213	88	39	2	1
Banif	398	112	28,14	56	51	4	1	0	55	52	4	1	0
Banco de Portugal	754	379	50,27	197	114	39	16	13	204	105	41	15	14
Barclays Bank	296	36	12,16	32	2	2	0	0	32	1	2	1	0
CCCAM	283	75	26,50	55	7	12	1	0	55	8	11	1	0
IFAP	184	107	58,15	47	35	18	6	1	48	34	18	5	2
Montepio Geral	1028	309	30,06	214	62	25	8	0	211	60	24	14	0
Unicre	143	22	15,38	9	5	7	1	0	9	4	7	2	0
Reformados	13747	3104	22,58	1645	809	562	26	16	1695	769	591	30	17
Interempresas	780	145	18,59	66	65	12	1	1	66	64	12	2	1
SIBS	199	118	59,30	70	16	27	4	1	68	17	28	4	1
Banco Popular	309	112	36,25	39	12	59	1	1	34	13	62	2	1
Banco BIC Português	205	38	18,54	16	15	6	0	1	15	16	6	0	1
Grupo CGD	715	246	34,41	187	29	17	11	2	191	29	13	11	2
Angra do Heroísmo	363	158	43,53	127	21	10	0	0	129	19	10	0	0
Beja	568	145	25,53	116	16	13	0	0	117	14	13	0	1
Castelo Branco	526	397	75,48	327	16	49	5	0	320	23	49	4	0
Covilhã	393	241	61,32	201	20	16	4	0	203	19	15	4	0
Évora	939	372	39,62	304	34	22	8	4	310	30	23	7	2
Faro	1206	591	49,00	344	148	73	21	4	318	172	74	23	4
Funchal	645	426	66,05	325	24	74	1	2	321	24	72	7	2
Horta	213	181	84,98	106	56	5	12	1	111	53	5	11	1
Ponta Delgada	854	557	65,22	344	160	25	22	4	342	165	21	25	4
Portalegre	606	277	45,71	216	40	17	2	2	220	39	15	2	1
Portimão	823	317	38,52	222	45	42	8	0	224	46	39	6	1
Santarém	1212	464	38,28	246	117	89	9	3	244	121	87	10	2
Setúbal	5007	1239	24,75	673	311	233	16	6	684	303	226	19	6
Tomar	1030	479	46,50	136	27	309	5	2	135	26	308	8	1
Torres Vedras	1284	402	31,31	304	65	26	5	1	305	60	28	7	1
Totais	41363	12981	31,38	7566	2804	2244	241	74	7597	2781	2249	274	73



Textos: PEDRO GABRIEL

Bancários Sul e Ilhas



Pesca de Mar

Fernando Antão vence 2.ª prova

A 2.ª prova do 35.º Campeonato Interbancário de Pesca de Mar realizou-se em Porto Covo, no dia 16 de maio, tendo contado com a presença de 42 pescadores.

Num dia repleto de sol, Fernando Antão (CGD) terminou na primeira posição, com 19720 pontos, seguido de António Marques (Clube Millennium bcp), com 17900. No terceiro lugar terminou Alberto Costa (Novo Banco), totalizando 14640 pontos.

Por equipas, o conjunto Millennium A, composto por António Marques, José Ber-

nardino, Joaquim Amorim e António Abreu, terminou na frente, com 27 pontos.

A CGD, de Fernando Antão, José Lopes, João Sousa e José Rosado, contabilizou 43 pontos, que lhe valeram o segundo lugar.

Já o Banco BPI, composto por Carlos Silva, José Duarte, Manuel Carvalho e Artur Silva, terminou na terceira posição, com 61 pontos.

De destacar a tainha capturada por Artur Silva, de 2320 gramas, o maior exemplar do dia na freguesia alentejana.

A classificação geral é liderada por Alberto Costa, com 4 pontos, com o seu colega do Novo Banco, José Costa, a ocupar a segunda posição, com 11 pontos. Carlos Silva (BPI) é terceiro, com 17 pontos.

Na geral coletiva, o Banco BPI é primeiro classificado, com 109 pontos. O Millennium A ocupa a segunda posição, com 122, e a CGD é terceira, com 146.

Peniche acolheu a final do Sul e Ilhas no dia 13, pelo que daremos conta dos resultados em futuras publicações. ■



Bowling

Triunfo para Amável Lourenço

O equilíbrio marcou a terceira ronda do campeonato, com apenas um ponto a separar os dois primeiros classificados

A 3.ª jornada do Campeonato Interbancário de Bowling realizou-se a 18 de abril, na Beloura, com a presença de 27 participantes. No total dos quatro jogos, dois concorrentes sobressaíram, com Amável Lourenço (familiar) a conquistar 733 pontos. Imediatamente a seguir, com menos um ponto, terminou Gabriel Dias (BdP). Para se ter uma ideia do equilíbrio evidenciado por estes dois concorrentes, a pontuação média variou entre 183,25 e 183 pontos. Jorge Teixeira (Banco BPI) foi terceiro, com 690 pontos.

A 4.ª jornada e a final do Sul e Ilhas realizaram-se, respetivamente, a 30 de maio e 13 de junho, pelo que daremos conta dos resultados nas próximas edições. ■

King

Carlos Pinto Pedro campeão

Numa final bem disputada, o concorrente do AAEBNU levou a melhor e sucedeu a José Monarca como campeão regional



A final do Sul e Ilhas do 9.º Campeonato Interbancário de King realizou-se na sede do Sindicato, no dia 9 de maio. Apresentaram-se a jogo 16 concorrentes, com os olhos postos no título ou, na impossibilidade de o conseguirem, de pelo menos garantirem um lugar na final nacional.

O troféu máximo ficou para Carlos Pinto Pedro (AAEBNU/Lisboa), que alcançou 36 pontos. Seguiram-se três concorrentes com 32 pontos: Carlos Bispo (Millennium bcp/Setúbal), Alfredo Cóias (Santander Totta/Setúbal) e António Marques (Millennium bcp/Lisboa), prevalecendo por esta ordem devido ao maior número de pontos King obtidos num dos jogos.

Outros quatro concorrentes garantiram o passaporte para a final nacional, tendo ficado ordenados da seguinte forma: 5.º Albertino Pereira (Millennium bcp/Portimão), 31 pontos; 6.º Joaquim de Sousa (Millennium bcp/Lisboa), 31; 7.º João Castanho (CGD/Portimão), 30; 8.º José Monarca (Santander Totta/Setúbal), 28.

A final nacional da competição realiza-se em Coimbra, a 24 e 25 de outubro. ■



CONCURSO FOTO FEBASE

Fotos apuradas no mês de maio



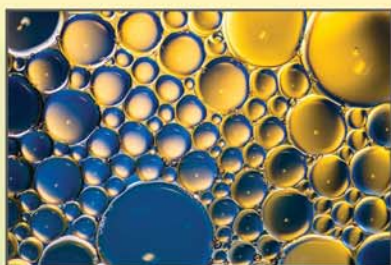
"Jarro verde"
Aires Pereira



"Dimensão circular"
Carlos Santos



"Pétalas de fogo"
José Guimarães



"Abstração aquática"
Rui Gonçalves



"Autorretrato"
João Pires



"Alucinante"
Rui Gonçalves



"Silhuetas reveladas"
João Amaro



"Fisherman's blues"
Isabel Sousa



"Macro à chuva"
José Barreiro



"Alentejo"
João Amaro



"Fruta da época"
José Barreiro



"Notícias do dia"
Carlos Santos